



PAGE

Manual
Diagnóstico Territorial Rural

Prefácio

1.1 Objetivo do manual	pág 06
1.2 Enquadramento.....	pág 07
1.3 Introdução.....	pág 08

Seção 1

2.1 A metodologia adotada e os fundamentos da análise de sistemas alimentares sustentáveis.....	pág 008
2.2 Sobre a metodologia.....	pág 12
2.3 Delimitação do território.....	pág 13
2.4 Análise de fontes secundárias.....	pág 13
2.5 Planeamento e execução do diagnóstico territorial	pág 13
2.6 Produto final e planeamento estratégico.....	pág 14
2.7 Fase de desenvolvimento.....T.....	pág 14
2.8 Articulação em Rede	pág 14
2.9 Paisagens agrícolas e alimentares: Fundamentos para um desenvolvimento territorial sustentável.....	pág 15
2.10 Paisagens agrícolas e alimentares como redes mobilizadoras.....	pág 15
2.11 Singularidade e identidade das paisagens agrícolas e alimentares.....	pág 16
2.12 Sustentabilidade como pilar das paisagens agrícolas e alimentares	pág 16
2.13 Inclusão e justiça territorial.....	pág 16
2.14 Paisagens agrícolas e alimentares secretas . Uma leitura da paisagem agrícola e alimentar ao longo dos três territórios-piloto.....	pág 17
2.15 A abordagem à paisagem agrícola e alimentar.....	pág 18
2.16 Modelo de implementação - Bases metodológicas e fundamentação académica.....	pág 20
2.17 Cronograma de atividades (4 meses).....	pág 31

Seção 2 – Fichas técnicas

1. Estudo de caso Paisagem agrícola e alimentar do Barroso.....	pág 32
2. Estudo de caso . Paisagem agrícola e alimentar da Serra da Estrela.....	pág 34
3. Estudo de caso . Paisagem agrícola e alimentar da Serra de Serpa	pág 36
Glossário.....	pág 38
Referências bibliográficas	pág 39



PREFÁCIO

Nas últimas décadas, os sistemas agroalimentares têm ocupado uma posição central nos grandes debates sobre o futuro do planeta e das sociedades. As profundas transformações socioambientais em curso — como as alterações climáticas, a erosão da biodiversidade, a exaustão de recursos naturais e a insegurança alimentar — colocam desafios urgentes à forma como produzimos, distribuímos e consumimos alimentos (FAO, 2018).

A crise provocada pela pandemia de Covid-19 veio intensificar e tornar mais visíveis as fragilidades estruturais destes sistemas. A disrupção das cadeias de abastecimento, a distância entre locais de produção e consumo, o desequilíbrio na distribuição de valor entre os elos da cadeia e as ameaças à soberania alimentar são apenas alguns dos sinais de alerta que reforçam a necessidade de repensar profundamente o modelo de desenvolvimento vigente.

Neste contexto, ganha destaque a urgência de promover uma transformação dos sistemas agroalimentares rumo a modelos mais sustentáveis, resilientes e justos. Esta transição requer a articulação de múltiplas políticas — da agricultura e desenvolvimento rural ao ordenamento do território, da proteção da paisagem à saúde pública — e o envolvimento ativo de uma diversidade de atores. Os agentes locais, em particular, têm vindo a desempenhar um papel crescente através de iniciativas como o fornecimento de alimentação saudável em equipamentos públicos e a disponibilização de terrenos para cultivo.

Este manual foi concebido para apoiar esse processo de transformação, com enfoque no território rural português e em três territórios-piloto. Estruturado em três seções, apresenta: (1) a metodologia adotada e os fundamentos da análise de sistemas alimentares sustentáveis; (2) dois exemplos de boas práticas locais, com destaque para redes de cooperação e estratégias de empoderamento comunitário; e (3) a bibliografia que sustenta o trabalho.

Esperamos que este manual contribua para reforçar o conhecimento e a capacidade de ação dos diversos intervenientes, promovendo um futuro alimentar mais justo, saudável e sustentável para todos

O presente manual tem como objetivo principal apoiar a transformação dos sistemas alimentares rurais, a partir de uma leitura territorial integrada que valorize as paisagens agrícolas e alimentares como património vivo e dinâmico.

Em particular, o diagnóstico territorial do sistema alimentar visa promover a valorização do património alimentar local, reconhecendo o seu papel central na construção de comunidades mais sustentáveis, resilientes e saudáveis.

Este processo de valorização procura articular preservação e inovação das paisagens alimentares, reforçando o papel dos seus "guardiões" — agricultores, produtores e transformadores de alimentos, cozinheiros, consumidores e outros agentes locais — através do fortalecimento do capital social e da criação de redes de cooperação territorial.

Assim, o diagnóstico não se limita a uma leitura técnica ou descritiva, mas antes propõe-se como ferramenta estratégica de mobilização, planeamento. E de fortalecimento comunitário.

A metodologia apresentada neste manual baseia-se numa abordagem participativa e interdisciplinar, que articula as seguintes etapas:

- Caracterização territorial e análise dos sistemas alimentares locais, com base em dados estatísticos, levantamentos de campo e cartografia participativa;
- Mapeamento dos atores-chave e das dinâmicas socioeconómicas e culturais relacionadas com o sistema alimentar; Identificação dos recursos e patrimónios alimentares locais, com foco nos produtos, práticas e saberes tradicionais;
- Diagnóstico das debilidades e oportunidades para a transição sustentável, com base na interação entre produção, distribuição e consumo;
- Formulação de recomendações políticas e operacionais, a partir de uma visão integrada de desenvolvimento rural e transformação alimentar.

Como exemplos de boas práticas e para ilustrar esta abordagem, o manual apresenta três estudos de caso que evidenciam como os territórios podem ser mobilizados para fortalecer a soberania e a sustentabilidade alimentar;

No Barroso, Património Agrícola Mundial da FAO, a prática da agricultura em mosaico, associada à criação extensiva de gado e à produção de fumeiro tradicional, exemplifica uma paisagem alimentar resiliente. O envolvimento das comunidades locais na proteção e certificação dos produtos — como o “Presunto do Barroso” ou o “Barrosão DOP” — mostra como a articulação entre tradição, governança local e mercados de qualidade pode dinamizar o território.

Na Serra da Estrela, concretamente no Parque Natural com a montanha mais alta de Portugal, vales encaixados e encostas montanhosas, estruturas fundiárias, rios, cascatas e biodiversidade que definem uma paisagem única e simbólica da essência de Portugal. : A harmonia entre agricultura e tradição define esta economia pastoril que molda a paisagem, onde vales profundos e vastos campos abrigam pequenas explorações familiares, conhecidas como casais, que cultivam cereais tradicionais, leguminosas e verduras, enquanto ovelhas e cabras fornecem carne de borrego e caprino. Em pequenas unidades artesanais, o saber ancestral molda queijos e pães, garantindo que o património cultural e o cuidado com a terra continuem a sustentar a produção de alimentos e a preservar a identidade rural.

Junto ao Parque Natural do Vale do Guadiana, a Serra de Serpa, no Alentejo, tem uma história natural, paisagística e cultural única. Região com características mediterrânicas, cercada por grandes propriedades agrícolas, antes dedicadas à produção de trigo e hoje, maioritariamente, de azeitonas. Território de importantes lutas de trabalhadores agrícolas pelo acesso à terra em Portugal. Desse período, subsiste uma importante gastronomia popular, o consumo do pão, a criação extensiva de ovelhas e suínos, a apicultura e ervas aromáticas num sistema agroflorestal único na península ibérica designado por “montado”. A planície do sul de Portugal e a serra, um ecossistema mediterrânico com múltiplas funções. Áreas apícolas - “malhadas” - que existem desde o século XIII, explorações de criação extensiva do porco alentejano, unidades de salsicharia, queijaria e panificação, migas de pão alentejano e ensopado de borrego, com temperos locais: coentro, poejo e orégãos.

Estes exemplos evidenciam o potencial dos diagnósticos territoriais não apenas como instrumentos de conhecimento, mas como catalisadores de ação local, contribuindo para a transição de sistemas alimentares mais justos, inclusivos e regenerativos.

PORQUÊ O MANUAL?

O Projeto PAGE — Paisagens Agrícolas e Alimentares com Gerações de Mulheres Inovadoras — tem como objetivo valorizar sistemas alimentares singulares, ancorados nos saberes tradicionais e nas inovações lideradas por mulheres e jovens empreendedores rurais. Ao reconhecer o papel central do capital social e das redes de cooperação nos territórios, o projeto promove uma abordagem participativa e inclusiva ao desenvolvimento rural sustentável.

Para concretizar esse objetivo, a equipe de campo do Projeto PAGE realizou três diagnósticos territoriais em territórios-piloto selecionados pela sua relevância ecológica, social e cultural. Em todos os casos, foi dada especial atenção à presença de reservas naturais, reconhecendo o seu papel essencial na conservação da biodiversidade e no equilíbrio dos ecossistemas locais.

Entre os territórios analisados, destaca-se o Barroso — classificado como Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês–Xurés — onde se cruzam práticas agrícolas ancestrais, gestão comunitária dos recursos naturais e esforços de preservação ecológica.

Os diagnósticos territoriais desenvolvidos no âmbito do projeto demonstram como os sistemas agrícolas e alimentares em áreas protegidas podem contribuir ativamente para a conservação da agricultura familiar e tradicional, da paisagem cultural e da sustentabilidade ambiental. Neste contexto, a agroecologia surge como um caminho estratégico, promovendo modelos alimentares sustentáveis em harmonia com a natureza e com as comunidades que dela dependem.

O PROJETO

O Projeto PAGE - Paisagens Agrícolas e Alimentares com Gerações de Mulheres Inovadoras, visa valorizar sistemas alimentares singulares a partir dos saberes tradicionais e inovações lideradas por mulheres e jovens inovadores e das redes e capital social dos territórios rurais.

VALORIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DAS PAISAGENS AGRÍCOLAS E ALIMENTARES

A valorização do património cultural imaterial associado às paisagens agrícolas e alimentares envolve reconhecer e promover o conhecimento tradicional e os processos de inovação, em processos co-construídos com as comunidades locais. As mulheres desempenham um papel crucial nestes processos, enquanto guardiãs do saber e impulsionadoras de inovações, que se mostram essenciais para a resiliência e desenvolvimento sustentável. O potencial inovador de mulheres e jovens é reconhecido como fundamental para transformação destes processos, assim como a sua articulação e trabalho em rede entre diversos atores. Através do turismo é possível destacar e incorporar o valor da identidade e herança cultural das paisagens agrícolas e alimentares.

A HERANÇA VIVA DE UM PATRIMÓNIO GASTRONÓMICO SINGULAR E RICO

Os produtos locais e tradicionais desempenham um papel vital na manutenção dos laços culturais dos territórios. Nos sistemas agrícolas singulares do Barroso, Serra da Estrela e Serra de Serpa serão o ponto de partida para reforçar o sistema produtivo, a base económica e a soberania alimentar. Entre os produtos destacados referem-se o pão de centeio e de milho amarelo, o feijão tarreste, as couves e as batatas, a carne de porco e a subsequente salsicharia, a carne de bovino, a carne de borrego, a carne de cabrito e de refugo, além do Queijo Serra da Estrela de gado lanígero e a manteiga de bovino. Estes produtos refletem a riqueza e singularidade do património agrícola e alimentar local.

O CONSÓRCIO

São parceiros a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu (ESAV), Divisão de Inovação e Apoio à Produção Agroalimentar (CCDRC, IP); Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), Centro de Competências de Agricultura Familiar e Agroecologia (CeCAFA), representado pela ONGD ACTUAR, empresas Vagari e Ervital e cinco jovens agricultores.

INTRODUÇÃO

Os sistemas alimentares, turismo e paisagens agrícolas e alimentares

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma crescente desvinculação entre os sistemas de produção alimentar locais e os produtos e serviços turísticos tradicionalmente associados ao património alimentar territorial. Esta dissociação resulta, em grande medida, da padronização e globalização das práticas alimentares e turísticas, com impactos diretos na erosão da biodiversidade cultural e agroalimentar (Fonte: Bessièrre, 1998; Sims, 2009).

O sistema agroalimentar e o setor do turismo — ambos fortemente influenciados por lógicas de mercado e eficiência — têm gerado diversas externalidades negativas, incluindo a descaracterização das identidades locais e a fragilização das economias agrárias. .Nesse contexto, torna-se central recentrar o desenvolvimento turístico nos agricultores familiares, nos recolectores e cozinheiros e cozinheiras que, ao longo das gerações, desempenharam um papel fundamental na preservação e transmissão dos saberes e práticas alimentares locais (Fonte: Fontefrancesco et al., 2022; Ploeg, 2008). Para estes atores, o turismo rural representa não apenas uma oportunidade de diversificação de rendimentos, mas também um meio de valorização cultural, contribuindo para a resiliência dos sistemas alimentares locais no quadro da multifuncionalidade da agricultura (Wilson, 2007; Renting et al., 2003).

Por outro lado, o turismo rural beneficia diretamente da integração dos sistemas alimentares locais, na medida em que permite a construção de estratégias de qualificação da oferta turística, promovendo produtos e experiências enraizadas no território, autênticas e diferenciadas (Sims, 2009; Hall & Mitchell, 2005). A articulação entre agricultura e turismo permite, assim, uma valorização dinâmica do património alimentar, compreendido como um sistema vivo e em permanente reinvenção (Fonte: Bérard & Marchenay, 2007).

Para a concretização desta articulação, torna-se necessária a realização de um diagnóstico territorial, que compreenda:

- (i) a caracterização da paisagem alimentar, incluindo a sua génese e evolução histórica;
- (ii) a identificação dos seus principais atores e redes sociotécnicas;
- (iii) a definição de prioridades para a sua preservação dinâmica; e
- (iv) a identificação de recursos e oportunidades para sua valorização integrada.

Este diagnóstico permite conceber planos de ação em territórios rurais, centrados na coerência entre os sistemas de produção tradicionais e a oferta de produtos e serviços turísticos em rede. A partir deste processo construtivo, emerge o conceito de paisagem agrícola e alimentar, entendido como uma expressão viva e situada da relação entre os sistemas agroalimentares, os modos de vida e as formas de apropriação simbólica e produtiva do território (Fonte: Antrop, 2005; Brunori et al., 2016).

Esta abordagem permite não apenas preservar, mas também inovar a partir da tradição, atribuindo novos significados às práticas alimentares locais, reforçando o vínculo entre alimento, território e identidade local.

A metodologia adotada e os fundamentos da análise de sistemas alimentares sustentáveis

2.2

Sobre a metodologia

A presente seção trata de:

- Sobre a metodologia
- Delimitação do território
- Análise de fontes secundárias
- Planejamento e execução do diagnóstico territorial
- Produto final e planejamento estratégico
- Fase de desenvolvimento
- Articulação em Rede
- Paisagens agrícolas e alimentares: Fundamentos para um desenvolvimento territorial sustentável
- Paisagens agrícolas e alimentares como redes mobilizadoras
- Singularidade e identidade das paisagens agrícolas e alimentares
- Sustentabilidade como pilar das paisagens agrícolas e alimentares
- Inclusão e justiça territorial
- Paisagens agrícolas e alimentares secretas . Uma leitura da paisagem agrícola e alimentar ao longo dos três territórios-piloto
- A abordagem à paisagem agrícola e alimentar
- Modelo de Implementação - Bases metodológicas e fundamentação acadêmica

A metodologia usada no diagnóstico territorial do sistema alimentar tem como objetivo a valorização dinâmica do patrimônio alimentar local, promovendo a preservação e inovação das paisagens alimentares através do fortalecimento do capital social dos "guardiões" dessas paisagens.

A estratégia destaca o conceito de paisagem alimentar, que integra o patrimônio imaterial de um território, permitindo aos turistas vivenciar não apenas a gastronomia, mas também a história, as relações sociais, o patrimônio material e as manifestações culturais associadas à alimentação (Soini, 2016; Gössling, 2018). Esta abordagem oferece uma visão holística da alimentação enquanto patrimônio, envolvendo atores locais e promovendo a sustentabilidade ambiental e cultural.

A implementação da metodologia passa por várias etapas. Inicialmente, realiza-se uma caracterização da paisagem alimentar, onde se analisa a sua gênese, evolução, principais atores e recursos. Isso é seguido pela promoção em rede, fortalecendo a interação entre produtores, pescadores, agricultores familiares e outros stakeholders locais (Carvalho & Costa, 2021).

Em seguida, busca-se a melhoria da qualidade dos produtos e serviços, alinhando sistemas de produção com as características sensoriais locais e promovendo a inovação participativa (Barcellos et al., 2020). Essa estratégia enfrenta desafios contemporâneos, como a perda de biodiversidade e a erosão do conhecimento tradicional, impulsionados pela modernização agrícola (Altieri et al., 2015; Fernandez-Llamazares et al., 2020).

A metodologia propõe soluções para a sustentabilidade, como práticas agrícolas sustentáveis, diversificação econômica e fortalecimento de redes colaborativas, promovendo vínculos rurais-urbanos e resiliência cultural e ambiental (López et al., 2017).

A metodologia tem como foco a identificação de territórios com potencial para desenvolver modelos de negócios sustentáveis, priorizando a conservação ambiental, a transmissão intergeracional de saberes e o desenvolvimento econômico local.

2.3 Delimitação do território

A definição do território é flexível, inicialmente baseada em limites administrativos de um município, mas passível de expansão conforme o diagnóstico da dinâmica alimentar e turística local.

O território a ser analisado deve ser ampliado para incluir áreas de identidade partilhada, como regiões contíguas ou macrorregiões (ex.: Serra da Estrela, Barroso ou Serra de Serpa), para uma compreensão mais abrangente do sistema alimentar e das suas dinâmicas inter-regionais (Wilson et al., 2019).

2.4 Análise de fontes secundárias

A etapa inicial de levantamento de dados secundários visa fornecer uma base para o diagnóstico territorial. As fontes incluem estatísticas oficiais, mapas online e bibliografia científica. Estatísticas são usadas para caracterizar a dinâmica do sistema alimentar e turístico e delinear o perfil dos atores locais (UNESCO, 2013). Mapas online ajudam a compreender a geografia e os limites do território, enquanto a análise de estudos acadêmicos permite entender a evolução do sistema alimentar local e identificar desafios e oportunidades (Bucarelli et al., 2020). O uso de ferramentas como QGIS é essencial para análise detalhada dos dados geográficos.

2.5 Planeamento e execução do diagnóstico territorial

A logística de campo deve ser bem organizada, incluindo a definição da equipa, apresentações iniciais aos atores locais, entrevistas com informantes-chave e leituras de campo. A criação de uma base de dados de operadores turísticos e alimentares é fundamental para integrar todos os atores no processo, utilizando plataformas como TripAdvisor e Booking para mapear empresas relevantes.

Durante o trabalho de campo, a equipa foca-se na análise da paisagem alimentar e mobilização dos atores locais, identificando recursos turísticos e áreas de interesse para a criação de rotas turísticas (Bourdeau et al., 2020).

Esse trabalho culmina na sessão de restituição, onde os resultados são apresentados e validados pelos atores locais, garantindo maior precisão nas conclusões.

2.6

Produto final e planeamento estratégico

O relatório final do diagnóstico inclui uma descrição detalhada da paisagem alimentar, a gênese do sistema alimentar e um plano de conservação, abordando a sustentabilidade e riscos. A partir do diagnóstico, constrói-se um plano estratégico participativo, que envolve todos os atores locais e delinea ações prioritárias para a conservação e valorização da paisagem alimentar (Gössling et al., 2020). O plano inclui também a identificação de recursos turísticos que podem ser integrados a rotas turísticas locais ou roteiros emblemáticos.

2.7

Fase de desenvolvimento

A fase de desenvolvimento abrange a montagem da rede local, com foco na criação de parcerias entre guardiões da paisagem, operadores turísticos e outros agentes locais. Além disso, define-se um plano de qualidade e monitoramento, garantindo a autenticidade dos produtos e serviços locais (Czermak et al., 2022).

Uma rota emblemática será desenvolvida para promover os produtos locais e uma campanha online de promoção garantirá a visibilidade internacional.

2.8

Articulação em Rede

A rede assim constituída promove intercâmbios entre os diferentes territórios, apoia ações de capacitação e fortalece a identidade das paisagens alimentares, com destaque para a criação do sistema participativo de qualidade (SPG) alinhado com os princípios de sustentabilidade, autenticidade e inclusão social (Pallotini et al., 2020).

Esta metodologia integra aspetos essenciais de gestão territorial, preservação ambiental, desenvolvimento econômico e promoção cultural, oferecendo uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios globais das cadeias alimentares e turísticas.

2.9

Paisagens agrícolas e alimentares: Fundamentos para um desenvolvimento territorial sustentável

As paisagens agrícolas e alimentares constituem sistemas socio-territoriais dinâmicos nos quais se entrelaçam práticas produtivas, culturais, ecológicas e económicas. Elas são expressão de interações históricas entre comunidades e os seus ecossistemas, refletindo formas singulares de organização do espaço, gestão dos recursos e produção de alimentos (Mériada et al., 2022; Bérard & Marchenay, 2004).

No âmbito deste manual, tais paisagens são concebidas como espaços de inovação territorial, onde se promove a preservação dinâmica do património alimentar e a construção de redes inclusivas, sustentáveis e mobilizadoras..

As paisagens agrícolas e alimentares, na sua abordagem integrada, representam um instrumento estratégico para o desenvolvimento territorial justo, resiliente e sustentável. Através da sua mobilização colaborativa, da valorização da sua singularidade histórica e ecológica, do compromisso com a sustentabilidade integral, e da promoção de uma inclusão ativa dos seus protagonistas, as paisagens agrícolas e alimentares constituem modelos vivos e inspiradores de articulação entre alimento, cultura e território.

2.10

Paisagens agrícolas e alimentares como redes mobilizadoras

A dimensão relacional das paisagens alimentares é central para a sua vitalidade. A abordagem Foodscapes promove a mobilização colaborativa de todos os atores relevantes — produtores locais, operadores turísticos, comerciantes, associações cívicas e instituições públicas — em redes territoriais integradas. Estas redes favorecem a governança participativa e o desenvolvimento de estratégias partilhadas para a valorização da herança alimentar, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos produtos e serviços oferecidos (Fonte: Marsden & Murdoch, 2006; Fontefrancesco et al., 2022). Segundo Renting et al. (2003), a organização em rede dos sistemas agroalimentares territoriais permite reforçar a coesão local, encurtar cadeias de abastecimento e criar sinergias entre a produção e o consumo, com impacto direto na sustentabilidade económica e social dos territórios.

2.11

Singularidade e identidade das paisagens agrícolas e alimentares

Cada paisagem alimentar é única, resultado da sua génese ecológica, cultural e histórica, distinguindo-se por traços específicos como produtos endógenos, práticas agrícolas tradicionais, saberes locais e patrimónios simbólicos (Bessièrre, 1998; Bérard & Marchenay, 2007). A delimitação e caracterização destas paisagens não visa apenas uma inventariação técnica, mas sim a compreensão das suas trajetórias evolutivas e das dinâmicas identitárias que lhes conferem autenticidade e valor distintivo. Esta singularidade constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento territorial, permitindo conceber estratégias de preservação dinâmica, que conciliem conservação patrimonial com inovação agroalimentar e turística (Fonte: Brunori et al., 2016).

2.12

Sustentabilidade como pilar das paisagens agrícolas e alimentares

A sustentabilidade das paisagens alimentares exige o fortalecimento da simbiose entre sociedade e ambiente, integrando princípios da agroecologia, da economia circular e da gestão participativa dos recursos (Altieri, 2002; Gliessman, 2015). Isso implica promover sistemas de produção respeitadores da biodiversidade, da sazonalidade e dos ecossistemas locais, bem como incentivar práticas culturais que garantam a resiliência alimentar e climática dos territórios.

Os produtos e serviços inseridos nas redes Foodscapes devem obedecer a critérios claros de qualidade territorial (Pecqueur, 2001), sendo acompanhados por planos de melhoria contínua que assegurem a integridade ecológica, social e cultural das paisagens.

2.13

Inclusão e justiça territorial

A abordagem à paisagem agrícola e alimentar assume um compromisso com a inclusão social e económica dos atores mais vulneráveis das cadeias agroalimentares e turísticas — nomeadamente agricultores familiares, mulheres rurais, jovens empreendedores e operadores turísticos de pequena escala. Ao contrário dos modelos dominantes de turismo massificado, esta abordagem valoriza estratégias locais adaptativas, oferecendo alternativas viáveis à sazonalidade e à concentração de mercado (Scheyvens, 2002; Salazar, 2012).

Esta perspetiva contribui para a democratização da atividade turística, integrando-a em lógicas de economia solidária e de bem viver, fortalecendo as capacidades locais de inovação e de apropriação dos seus recursos e patrimónios.

Paisagens agrícolas e alimentares secretas . Uma leitura da paisagem agrícola e alimentar ao longo dos três territórios-piloto

Explorar as paisagens quase invisíveis e secretas de Portugal é descobrir os alicerces da sua construção social, especialmente nas regiões rurais, onde a terra e o homem se entrelaçam de forma simbiótica.

No Barroso, ao Norte, as práticas agroecológicas, como a criação de vacas Barrosãs e porcos Bísaros, sustentam a economia local e têm um papel central na identidade cultural. Ali, a culinária artesanal, marcada pelos enchidos preparados pelas mulheres da comunidade, reflete uma herança que remonta a séculos e é reconhecida como Patrimônio Agrícola da Humanidade. O Barroso exemplifica como a sustentabilidade e a preservação de tradições podem coexistir de maneira harmoniosa. Por aqui, sente-se excesso de identidade.

Seguindo para o Centro, nas montanhas da Serra da Estrela, encontramos o pastoreio e a produção do icônico queijo da Serra, que simbolizam a sabedoria ancestral em sintonia com a natureza. A vida dos pastores, a arquitetura rústica e a gastronomia revelam um modo de vida onde a ligação entre o homem e a terra permanece intacta. Cada rebanho, cada queijo artesanal, reflete um conhecimento passado de geração em geração, preservando a identidade cultural e o patrimônio natural dessa região.

No Sul, especialmente no Baixo Alentejo, a paisagem de latifúndios revela uma história de desigualdade fundiária e resiliência camponesa. A cultura de resistência é expressa por meio do Cante e da apicultura, práticas que sobreviveram às adversidades políticas e sociais. A Revolução de 1974 trouxe a esperança de redistribuição de terras, mas as desigualdades persistiram, revelando os desafios do sistema agrário da região. No Alentejo, a coexistência entre grandes proprietários e trabalhadores vulneráveis moldou uma sociedade marcada por tensões e lutas por direitos.

Essas diferentes dinâmicas regionais evidenciam um conflito histórico pela terra que foi central na formação da identidade nacional. O Norte e o Centro lidam com o despovoamento e a busca por uma governança ambiental mais eficaz, enquanto o Alentejo enfrenta as pressões de práticas agrícolas em larga escala, muitas vezes reguladas por legislações que nem sempre priorizam a sustentabilidade. Esse cenário mostra como a relação com a terra varia em cada região, refletindo a complexidade social e histórica do país. Ao longo dessa jornada, o viandante é convidado a se conectar com a rica biodiversidade e a gastronomia local, onde pratos tradicionais como o cozido barrosão e o alentejano oferecem uma imersão nas tradições agroalimentares. O roteiro também destaca a importância dos baldios, terras comunitárias que, após a Revolução de 1974, simbolizaram a recuperação de direitos e uma revalorização das práticas comunitárias. Entre montes, vales e campos cultivados, Portugal revela-se como país profundamente enraizada na sua terra, onde a história, o alimento e a cultura estão intrinsecamente ligados.

A abordagem à paisagem agrícola e alimentar

A paisagem agrícola e alimentar configura-se como uma construção teórica e operativa, emergente da interação dinâmica entre três esferas fundamentais: o território, os sistemas alimentares e a paisagem.. Este conceito emerge da necessidade de compreender o alimento não apenas como resultado de uma cadeia produtiva, mas como expressão de relações ecológicas, históricas, culturais e sensoriais inscritas num espaço geográfico específico (Fontefrancesco et al., 2022; Bérard & Marchenay, 2004).

A paisagem agrícola e alimentar, enquanto conceito e prática, oferece uma abordagem holística e multiescalar para o desenvolvimento territorial sustentável. Ao integrar as dimensões territorial, ecológica, sensorial e patrimonial do alimento, ela permite a construção de modelos de desenvolvimento inclusivos, resilientes e culturalmente enraizados. A sua valorização através do turismo e das redes de cooperação territorial é uma via promissora para fortalecer a soberania alimentar, conservar a biodiversidade e revitalizar os territórios rurais.

O território é entendido como um espaço geográfico não neutro, historicamente construído por relações de poder, práticas sociais e usos simbólicos (Raffestin, 1980). Ele é o resultado de interações contínuas entre comunidades humanas e o ambiente natural, mediadas por instituições, conhecimentos e tecnologias locais. Assim, o território não é apenas um suporte físico, mas um espaço vivido, apropriado e significado — o que dá sentido à identidade territorial e ao enraizamento dos sistemas alimentares.

O sistema alimentar local compreende o conjunto de processos e práticas que articulam a produção, transformação, comercialização, preparação e consumo de alimentos, bem como os impactos desses processos sobre os agroecossistemas e as culturas alimentares (Ericksen, 2008). Os sistemas alimentares locais distinguem-se por estarem enraizados em saberes tradicionais e adaptados às condições ecológicas e sociais dos territórios em que se desenvolveram. Esses sistemas refletem uma relação simbiótica entre o alimento, o ecossistema e a comunidade que o produz, promovendo a resiliência ecológica e a soberania alimentar (Altieri & Nicholls, 2020).

A paisagem, por sua vez, é uma categoria que remete à experiência sensível e subjetiva do espaço. Ela é constituída por elementos visuais, sonoros, olfativos, gustativos e táteis que conformam a percepção estética de um território (Berque, 1994). Neste sentido, a paisagem agrícola e alimentar não é apenas uma paisagem física ou produtiva, mas também sensorial e simbólica — uma experiência multissensorial do alimento no território. Falar de paisagens agrícolas e alimentares é, portanto, referir-se à manifestação sensorial, simbólica e ecológica de um sistema alimentar em determinado espaço geográfico. Esta conceção permite articular a materialidade da produção alimentar com os valores culturais e patrimoniais que ela incorpora e transmite (Schnell, 2007).

Os sistemas alimentares locais, desenvolvidos ao longo de gerações em simbiose com os ecossistemas locais, desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade, na manutenção da paisagem rural e na continuidade das práticas culturais tradicionais (Gliessman, 2015; Bessièrre, 1998).

Além disso, colaboram ativamente para a coesão social e a sustentabilidade económica das comunidades rurais. Estes efeitos positivos podem ser valorizados através do turismo, particularmente do turismo de base comunitária, cultural e alimentar, que reconhece e promove os saberes locais, os produtos endógenos e os modos de vida rurais como património vivo (Everett & Aitchison, 2008).

As paisagens agrícolas e alimentares tornam-se assim ativos territoriais estratégicos, capazes de gerar experiências únicas e diferenciadas para os visitantes e de criar oportunidades de diversificação económica para os produtores e operadores locais.

Modelo de Implementação - Bases metodológicas e fundamentação acadêmica

A operacionalização deste modelo baseado na paisagem agrícola e alimentar pode ser organizada em **duas etapas fundamentais**:

Etapa 1 – Implementação da abordagem paisagem agrícola e alimentar : Esta fase tem duração estimada de seis (6) meses e envolve o diagnóstico territorial rural e participativo, a identificação dos atores chave, a caracterização da paisagem agrícola e alimentar, e a construção de uma rede de cooperação entre produtores e transformadores de alimento, operadores turísticos e instituições locais.

Etapa 2 – Promoção e melhoria contínua da qualidade: Esta segunda fase é contínua e visa garantir a coerência entre os produtos e serviços turísticos e os valores e práticas do sistema alimentar local. Pode envolver a implementação de planos de qualidade, estratégias de marketing territorial e circuitos curtos de comercialização integrados no turismo sustentável , estabelecimentos de redes locais para fortalecimento comunitário e ainda plataformas de participação colaborativa.

I. Identificação e delimitação inicial do território

A implementação de uma abordagem baseada em paisagens agrícolas e alimentares inicia-se com a identificação de um território com potencial para a articulação entre sistemas alimentares locais, turismo sustentável e conservação da paisagem. Tal território pode ser identificado por agentes locais – como associações de produtores, redes agroecológicas, entidades governamentais ou entidades turísticas. A noção de território adotada nesta abordagem transcende a definição puramente administrativa ou geográfica. Inspirando-se em Haesbaert (2004), compreende-se o território como um espaço apropriado e vivido, socialmente construído a partir de relações de poder e identidades culturais. A delimitação inicial, portanto, é operacional, baseada na área de atuação do parceiro local, mas deve ser progressivamente refinada à luz de processos socio espaciais mais amplos identificados durante a etapa de diagnóstico participativo.

“O território é, antes de tudo, um espaço vivido, praticado e simbolizado pelas populações que o habitam e o produzem” (Haesbaert, 2004, p. 120).

Assim, propõe-se uma abordagem escalonada, em que o território de intervenção seja analisado em relação à sua imediata envolvência regional. Tal abordagem permite compreender os fluxos, redes e interdependências que estruturam os sistemas alimentares locais (Fonte, 2008), além de evitar leituras isoladas e simplificadas da realidade territorial.

II. Diagnóstico preliminar: Análise de fontes secundárias (10 dias)

A etapa inicial do diagnóstico territorial é baseada numa análise de fontes secundárias, com o objetivo de construir uma primeira aproximação ao funcionamento do sistema alimentar local, à estrutura da paisagem e à dinâmica do turismo. Essa análise cumpre também a função de identificar os principais "guardiões da paisagem", entendidos como sujeitos sociais centrais na manutenção de agroecossistemas tradicionais e na preservação de saberes alimentares.

III. Estatísticas oficiais

A análise estatística deve possibilitar a caracterização do sistema alimentar e turístico do território, considerando variáveis como: número de estabelecimentos agroalimentares, emprego gerado, produção agrícola, frequência turística, fluxos econômicos, entre outros. Os dados devem ser analisados em séries temporais para captar transformações estruturais, como sugerido por Santos (1997) ao abordar a importância da temporalidade na análise dos territórios.

“O espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto das ações humanas, e isso só pode ser compreendido na historicidade” (Santos, 1997, p. 15).

IV. Mapas e informações geográficas

A cartografia é uma ferramenta essencial para a leitura da paisagem. A análise de mapas digitais no QGIS deve incluir: i) topografia (modelos digitais de elevação e declives); ii) uso e cobertura do solo (com foco nos agroecossistemas); iv) infraestruturas e áreas urbanizadas e v) limites administrativos.

Essa análise permite identificar zonas de transição, fragmentação ecológica e potenciais áreas de conectividade agroecológica, conforme proposto por Gliessman (2014) na agroecologia de paisagens.

“A escala da paisagem é vital para o planejamento de agroecossistemas resilientes, pois conecta os níveis local, regional e global do sistema alimentar” (Gliessman, 2014, p. 188).

V. Revisão Bibliográfica

A consulta a fontes científicas (Google Scholar, Scopus, SciELO) permite reconstruir a história dos sistemas alimentares locais, os seus contextos sociais e culturais, bem como identificar os grupos sociais responsáveis pela produção, colheita ou transformação de alimentos. Esta revisão deve guiar-se por palavras-chave específicas e ser adaptativa, refinando os termos de busca à medida que se acumulam informações sobre o território.

A bibliografia permitirá ainda situar o território em debates sobre segurança alimentar, soberania alimentar e redes de comercialização curta, como discutido por Renting, Marsden e Banks (2003) no conceito de sistemas alimentares territoriais *“Territorial embeddedness is key to understanding the performance and sustainability of alternative food networks”* (Renting et al., 2003, p. 399).

VI. Construção de bases de dados de atores relevantes

Com base em plataformas como *TripAdvisor*, *Booking.com*, *Airbnb*, *Fork* e outras, deve-se elaborar uma base inicial de operadores turísticos atuantes no território. Esta base é posteriormente refinada com a ajuda do parceiro local, selecionando os operadores mais alinhados aos princípios da abordagem das paisagens agrícolas e alimentares – ou seja, aqueles com práticas sustentáveis, vínculos com produtores locais, interesse na valorização do patrimônio alimentar, entre outros.

Simultaneamente, inicia-se o mapeamento dos operadores do sistema alimentar (produtores familiares, pequenas unidades de transformação locais, mercados de proximidade, entre outros.). Esta identificação é mais complexa e, frequentemente, requer trabalho de campo orientado pela zonagem territorial. Plataformas de venda de produtos locais, redes agroecológicas e associações comunitárias e de desenvolvimento local podem oferecer informações preliminares.

Essa base de dados cumpre duplo papel: (1) convidar os atores para as primeiras reuniões de co-construção do projeto e (2) identificar informantes-chave para aprofundar o conhecimento sobre o sistema alimentar local.

VII. Logística e preparação para o diagnóstico territorial rural

A organização da logística para a implementação de paisagens alimentares e agrícolas constitui uma etapa fundamental, paralela à análise preliminar do território, visando garantir a viabilidade técnica, social e institucional do diagnóstico territorial em campo.

Essa etapa compreende um conjunto articulado de decisões operacionais, organizativas e estratégicas, que devem assegurar a fluidez e a efetividade do trabalho empírico a ser realizado.

A logística de campo deve começar com a definição clara das atividades e a descrição dos procedimentos metodológicos. Estas atividades incluem:

- Apresentação institucional do projeto aos atores territoriais;
- Observação direta e leitura da paisagem em campo, com base na cartografia previamente elaborada;
- Realização de entrevistas com atores-chave dos sistemas alimentar e turístico;
- Sessão de restituição para validação participativa dos resultados preliminares.

De acordo com Cloke et al. (2006), a observação direta e a escuta ativa junto aos atores sociais permitem não apenas confirmar "hipóteses de escritório", mas, sobretudo, incorporar a dimensão subjetiva e experiencial dos territórios.

No plano prático, a logística exige decisões como:

- Constituição da equipa de diagnóstico multidisciplinar, preferencialmente composta por especialistas em geografia, antropologia, agronomia, turismo e sistemas alimentares;
- Garantia de condições adequadas de alojamento e alimentação;
- Disponibilização de meios de transporte (veículos adequados ao terreno e dimensão do território);
- Planeamento e organização das sessões públicas e entrevistas agendadas com antecedência.

Estas ações logísticas visam garantir a eficácia metodológica do diagnóstico e a boa articulação com os atores locais, condição imprescindível para o sucesso de processos participativos e de co-construção territorial (Magnaghi, 2010).

A identificação de informantes-chave – sujeitos com conhecimento aprofundado sobre o território e suas dinâmicas alimentares e turísticas – é crítica. Conforme Flick (2009), esses informantes funcionam como mediadores epistêmicos, que ajudam a equipa de diagnóstico a interpretar o território a partir de saberes locais e trajetórias enraizadas. Idealmente, são indivíduos que acumularam experiências em múltiplas posições dentro do sistema alimentar ou turístico, e que são reconhecidos como líderes comunitários ou técnicos especializados.

A sua seleção pode ocorrer durante a fase preparatória, com recurso a entrevistas remotas (por exemplo, via Zoom), e deve ser complementada nos primeiros dias do trabalho de campo. As funções atribuídas aos informantes-chave incluem:

- Apresentar o contexto histórico e socioeconômico do território;
- Sugerir outros atores estratégicos a serem entrevistados;
- Participar da sessão de restituição e, se possível, colaborar na redação do relatório final.

VIII. Preparação da agenda do trabalho de campo

Para a realização de um diagnóstico intensivo em sete dias úteis, é imprescindível que as entrevistas sejam previamente agendadas. Segundo Yin (2016), atrasos no cronograma de entrevistas constituem uma das principais causas de ineficiência em estudos de campo. Idealmente, a equipe deve realizar de três a quatro entrevistas por dia, distribuídas conforme os eixos de análise (sistema alimentar, setor do turismo, governança local).

A organização da agenda deve privilegiar, sempre que possível, entrevistas com atores proativos, cujas práticas estejam já alinhadas com os princípios da agroecologia– ou que, pelo seu perfil inovador, possam vir a adotá-los.

IX. Trabalho de campo (duração recomendada: 10 dias)

O trabalho de campo possui três objetivos principais: i) Consolidar a análise da paisagem agrícola e alimentar; ii) mobilizar os atores locais para a constituição de uma rede e iii) Identificar produtos, práticas e serviços turísticos com potencial de integração numa estratégia territorial sustentável.

- a. Sessão de Abertura (1.º Dia – 3 horas). A reunião inicial tem o propósito de apresentar a proposta de paisagem agrícola e alimentar aos atores locais – incluindo órgãos públicos, associações produtivas, organizações turísticas e outras redes setoriais. Além da apresentação institucional, este momento é aproveitado para: Identificar atores estratégicos para entrevistas; Explorar os mecanismos existentes de governança territorial; Debater possíveis adaptações da iniciativa ao contexto local (Lemos & Serra, 2021).
2. Leitura da paisagem agrícola e alimentar
- b. Trabalho de campo (2.º Dia – 4h a 8h). A leitura da paisagem tem por objetivo validar, através da observação direta, as hipóteses formuladas na etapa cartográfica, além de identificar zonas de maior preservação dos sistemas agroalimentares tradicionais. Poderá ser usado a técnica do transecto que constitui um método qualitativo e espacial de análise direta da paisagem, amplamente utilizado em estudos agroecológicos e territoriais para compreender a organização, o uso e a dinâmica do espaço agrícola e alimentar. Consiste na realização de percursos ao longo de um eixo predefinido, permitindo observar e registrar, de forma sistemática, as variações ambientais, produtivas, sociais e culturais ao longo do território (Chambers, 1994; Gliessman, 2015). Esta abordagem favorece a identificação de interações entre práticas agrícolas, recursos naturais e estruturas socioeconômicas, possibilitando uma leitura integrada do sistema agroalimentar no contexto da paisagem (Altieri, 2002). Por conseguinte, o transecto revela-se uma ferramenta fundamental para a construção de diagnósticos participativos e planeamento territorial sustentável. Conforme Cosgrove (1985), a paisagem deve ser compreendida como uma construção cultural e simbólica, para além da sua materialidade. Nesse sentido, o percurso de campo deve ser traçado a partir da "linha de maior contraste" identificada previamente (em geral, determinada por variações de relevo, uso do solo e acessibilidade). Essa metodologia permite:
 - Reconhecer a diversidade agroecológica do território;
 - Localizar áreas de valor paisagístico e produtivo;
 - Sistematizar dados para classificação de zonas agroalimentares (Caron et al., 2018).

X. Entrevistas com atores relevantes do sistema agrícola e alimentar (4.º dias)

Essas entrevistas aprofundam a compreensão da evolução histórica, das práticas produtivas e da atual configuração dos sistemas alimentares locais. Devem focar-se em operadores “inovadores”, que já adotem práticas alinhadas com os princípios de soberania alimentar, sustentabilidade ecológica e valorização da cultura alimentar (Patel, 2009).

XI. Entrevistas com atores do setor turístico (5.º dia)

Neste dia são realizadas entrevistas com operadores turísticos e representantes institucionais. O objetivo é compreender:

A valorização atual do patrimônio alimentar no setor;

Os obstáculos à integração entre turismo e produção local;

As potencialidades para criação de uma **rota alimentar emblemática**, com base em produtos e experiências autênticas.

XII. Sessão de restituição (7.º dia – 4 horas)

Esta reunião final deve reunir os participantes do início do processo e os atores entrevistados ao longo da semana. Apresentam-se os resultados preliminares do diagnóstico, de forma dialógica e aberta à crítica construtiva, cumprindo uma função de validação participativa dos dados. A sessão de restituição é, como aponta Bourdieu (1999), um momento de devolução simbólica, que reforça a legitimidade do processo e amplia o compromisso dos atores locais com a iniciativa.

A articulação entre rigor logístico, envolvimento comunitário e profundidade analítica é fundamental para o sucesso do diagnóstico territorial rural da paisagem agrícola e alimentar. Trata-se de um processo que busca não apenas mapear e sistematizar informações, mas sobretudo **co-construir estratégias de desenvolvimento territorial integradas**, que conciliem valorização cultural, sustentabilidade ecológica e inclusão socioeconômica (Kneafsey et al., 2008).

XIII. Redação do relatório final (duração estimada: 10 Dias)

O relatório final do diagnóstico territorial rural da paisagem agrícola e alimentar, constitui o principal produto técnico da intervenção em campo, sintetizando as evidências recolhidas, as interpretações analíticas e as recomendações estratégicas. Deve ser elaborado de modo claro, sistemático e fundamentado, articulando os resultados com os objetivos implícitos na preservação dos sistemas tradicionais alimentares e sustentáveis,

A sua estrutura divide-se em três partes interdependentes, conforme descrito a seguir:

Parte I – Caracterização da paisagem agrícola e alimentar e delimitação territorial. A primeira parte do relatório tem como objetivo descrever, de forma abrangente e analítica, a paisagem agrícola e alimentar do território estudado. Esta descrição deve contemplar: A evolução histórica do sistema alimentar local, identificando os processos socioeconômicos, culturais e ambientais que moldaram a configuração atual da paisagem; As transformações espaciais e produtivas que resultaram da interação entre práticas agrícolas, fluxos comerciais, políticas públicas e dinâmicas territoriais; A fundamentação da delimitação territorial adotada no diagnóstico, com justificativas metodológicas para eventuais ampliações ou ajustes ao território inicialmente definido. Estas alterações devem ser claramente explicitadas, com base em critérios empíricos (ex.: presença de atores-chave, continuidade da paisagem agroalimentar, coerência ecológica e cultural; parques e reservas naturais).Esta contextualização histórica e territorial deve fornecer a base analítica necessária para a formulação do plano de conservação dinâmica, bem como para a seleção criteriosa de atores, produtos e serviços a serem envolvidos nas estratégias de valorização territorial.

Parte II – Esboço do plano de conservação dinâmica. A segunda parte do relatório apresenta um esboço preliminar dum plano de conservação dinâmica da paisagem agrícola e alimentar, orientado para a ação e para a transformação participativa. Esta seção deve conter: A identificação de oportunidades e desafios concretos enfrentados pelos sistemas alimentares locais e pelo setor turístico, com base nas entrevistas e observações realizadas; Propostas iniciais de ações estratégicas, envolvendo temas como fortalecimento da produção local, acesso a mercados, educação alimentar, inovação turística e valorização do patrimônio cultural alimentar; A sugestão de uma estrutura de governança local, adaptada ao contexto institucional e às capacidades existentes no território. Esta estrutura deve ser desenhada para facilitar o diálogo entre os diferentes setores e atores sociais, permitindo a negociação, detalhamento, implementação e monitoramento coletivo do plano. É fundamental que esta proposta de governança se articule com os mecanismos já existentes no território, evitando sobreposições e promovendo a integração com redes, conselhos, associações ou outras instâncias participativas locais.

Parte III – Identificação de atores locais , produtos e serviços. A terceira parte do relatório visa identificar e caracterizar atores locais e empreendedores do sistema alimentar e do setor do turismo que já oferecem, ou têm potencial para oferecer, produtos e serviços alinhados com o conceito de paisagens alimentares sustentáveis. Devem ser incluídos: Produtores, transformadores e comercializadores com práticas que valorizem a biodiversidade, o saber-fazer local e a produção artesanal ou agroecológica; Operadores turísticos e empreendimentos que promovam experiências autênticas, com foco na alimentação, gastronomia e cultura do território; Produtos e serviços selecionados, descritos de forma detalhada, incluindo: denominação, localização, modo de produção ou operação, vínculos culturais e ambientais, e seu valor simbólico na construção da identidade alimentar local. Sempre que possível, essas descrições devem ser acompanhadas de: fotografias; valores comerciais aproximados dos produtos ou serviços; Sugestões para integração num roteiro turístico emblemático, que funcione como ferramenta de promoção territorial e suporte narrativo para a história da paisagem alimentar local. Este roteiro deve ser concebido como uma proposta inicial, passível de refinamento posterior, e articulado ao plano de ação apresentado na segunda parte do relatório.

A elaboração do relatório deve refletir a lógica integradora e transdisciplinar do conceito de paisagem agrícola e alimentar, conectando conhecimento técnico, saberes locais e potencialidades de mercado. O documento deve funcionar, simultaneamente, como: Instrumento de diagnóstico e de planeamento territorial; Base para mobilização e articulação de atores locais; Material de comunicação e valorização da paisagem agrícola e alimentar junto a públicos diversos, incluindo decisores políticos, turistas e consumidores conscientes.

O desenvolvimento de uma paisagem agrícola e alimentar sustentável e identitária terá como etapa inicial a constituição de uma rede local, concebida como um instrumento de articulação, coordenação e cooperação entre diferentes atores territoriais. Essa rede tem por finalidade integrar esforços entre três grupos fundamentais: empreendedores do setor turístico, atores do sistema agrícola e alimentar e agentes institucionais e sociais locais (públicos e privados). Cada grupo contribuirá segundo suas competências específicas, atuando de forma sinérgica no fortalecimento do território como paisagem agrícola e alimentar.

O conceito de paisagem agrícola e alimentar — entendido como a intersecção entre práticas agroalimentares, cultura, identidade e território (Sowerwine et al., 2017; Brandão et al., 2020) — exige um arranjo institucional que favoreça a gestão colaborativa e a valorização do conhecimento local. Nesse contexto, a rede local deverá funcionar como plataforma de governança relacional, orientada para a construção de um sistema de melhoria contínua da qualidade, com base em quatro princípios fundamentais: autenticidade, singularidade, sustentabilidade e inclusão.

XIV. Melhoria contínua

Inspirada em abordagens como a da qualidade territorial participativa (Belletti et al., 2015), a melhoria contínua visa fortalecer os elementos que tornam a paisagem alimentar única, a partir da ação coletiva dos atores locais. Esse processo depende de quatro dimensões complementares:

1. Mobilização contínua de atores relevantes – que garante que o processo seja enraizado socialmente e dinâmico no tempo (Ray, 2006);
2. Valorização dos elementos distintivos da paisagem – como práticas agrícolas tradicionais, produtos locais e modos de vida associados (Pinto-Correia et al., 2016);
3. Contribuição para a sustentabilidade ecológica e socioeconômica do território, assegurando que as atividades econômicas estejam em consonância com os limites e potencialidades do ecossistema (Marsden & Sonnino, 2008);
4. Inclusão ativa dos “guardiões da paisagem”, cuja presença contínua e valorizada é a base da autenticidade territorial (Fonte, 2008; Barbera & Dagnes, 2016).

XV. O papel dos atores na rede local

O êxito da rede depende do compromisso diferenciado, porém complementar, de cada grupo de parceiros, com responsabilidades alinhadas ao seu papel na paisagem agrícola e alimentar:

- a) Guardiões da paisagem alimentar (agricultores, pescadores, artesãos, pastores, etc.): espera-se destes atores o empenho em preservar e transmitir o conhecimento ecológico tradicional (Berkes et al., 2000), essencial à continuidade dos modos de vida e da produção local. A inovação deve ser pautada na recuperação criativa de produtos e práticas tradicionais, garantindo autenticidade e adaptabilidade ao contexto contemporâneo (Fonte & Cucco, 2017).
- b) Empreendedores turísticos e alimentares: são chamados a atuar como mediadores culturais e ecológicos (Sonnino, 2007), promovendo produtos alimentares e não alimentares (como têxteis locais, objetos artesanais, etc.) que respeitem a sazonalidade, os ciclos produtivos e os valores culturais do território. Operadores turísticos, em particular, devem fomentar a educação territorial dos visitantes, facilitando o entendimento das relações entre sistemas de produção, cultura alimentar e paisagem (Everett & Aitchison, 2008). A sua adesão a práticas justas de comércio e remuneração adequada aos produtores locais é fundamental para preservar o sentido e o valor dos produtos oferecidos.
- c) Agentes locais e instituições públicas: seu papel é o de promover políticas e criar condições estruturais para que os guardiões da paisagem e os empreendedores possam exercer suas funções de maneira sustentável e cooperativa (Murdoch, 2000). Isso inclui a criação de incentivos, marcos legais adequados e programas de apoio técnico e financeiro alinhados ao plano de conservação da paisagem alimentar.

XVI. Consolidação da rede e próximos passos

Finalizada a etapa de diagnóstico territorial, três tarefas estratégicas devem ser desenvolvidas para consolidar a rede e orientar sua atuação prática:

- A. Elaboração de um plano de preservação dinâmica da paisagem agrícola e alimentar, que definirá as linhas de ação, metas e indicadores para conservar os elementos culturais, ecológicos e econômicos centrais da paisagem;
- B. Desenvolvimento de um plano de melhoria contínua da qualidade, com foco em capacitação, certificação territorial e valorização da produção local em termos de autenticidade e sustentabilidade;
- C. Construção de um plano de comunicação, voltado à promoção nacional e internacional da oferta integrada de produtos e serviços da paisagem agrícola e alimentar.

Estes planos deverão ser discutidos e validados no coletivo da rede local, tendo como base o relatório de diagnóstico e os compromissos assumidos pelos seus membros. A rede, nesse sentido, configura-se como instância participativa de construção territorial, com potencial de gerar processos de desenvolvimento endógeno, enraizados na cultura local e orientados por uma economia plural e territorializada (van der Ploeg & Renting, 2004; Fonte, 2008).

XVII. Desenvolvimento da rede local de atores e valorização da paisagem agrícola e alimentar

O desenvolvimento de uma paisagem agrícola e alimentar, sustentável e identitária, terá como etapa inicial a constituição de uma rede local, concebida como um instrumento de articulação, coordenação e cooperação entre diferentes atores territoriais. Essa rede tem por finalidade integrar esforços entre três grupos fundamentais: empreendedores do setor turístico, atores do sistema agrícola e alimentar e agentes institucionais e sociais locais (públicos e privados). Cada grupo contribuirá segundo suas competências específicas, atuando de forma sinérgica no fortalecimento do território como paisagem agrícola e alimentar.

O conceito de paisagem alimentar — entendido como a intersecção entre práticas agroalimentares, cultura, identidade e território (Sowerwine et al., 2017; Brandão et al., 2020) — exige um arranjo institucional que favoreça a gestão colaborativa e a valorização do conhecimento local. Nesse contexto, a rede local de atores deverá funcionar como plataforma de governança relacional, orientada para a construção dum sistema de melhoria contínua da qualidade, com base em quatro princípios fundamentais: autenticidade, singularidade, sustentabilidade e inclusão.

A. Plano de preservação dinâmica da paisagem agrícola e alimentar

O plano de preservação dinâmica da paisagem alimentar constitui uma estratégia territorial orientada para a conservação ativa dos elementos naturais, culturais e produtivos que compõem o sistema agroalimentar local. O termo "preservação dinâmica" refere-se à integração entre conservação patrimonial e adaptação contínua às transformações socioeconômicas e ambientais (UNESCO, 2013), promovendo o equilíbrio entre tradição e inovação no uso sustentável dos recursos locais.

As prioridades desse plano incluem:

- A gestão sustentável dos recursos naturais, com enfoque em práticas agroecológicas, proteção da biodiversidade funcional e regulação ecológica das atividades produtivas (Altieri, 2004);
- O fortalecimento da cultura alimentar local, entendida como conjunto de práticas, saberes e valores associados à produção, transformação e consumo de alimentos (Contreras & Gracia, 2011);
- A valorização e capacitação dos operadores alimentares e turísticos, atores centrais na articulação entre oferta local e demandas de mercado, cujas práticas influenciam diretamente a autenticidade e sustentabilidade da paisagem alimentar (Fonte, 2008).

Embora a rede local seja o espaço de articulação entre os atores territoriais, a plena execução dessas prioridades requer intervenções políticas e investimentos em múltiplas escalas de governança, especialmente em níveis estadual e nacional (Barbera & Dagnes, 2016).

A presença de representantes do poder público na rede — como governos locais, associações de desenvolvimento e instituições públicas — é, portanto, essencial para gerar sinergias institucionais, mobilizar recursos e garantir a coerência entre ações locais e estratégias de desenvolvimento territorial mais amplas (Marsden et al., 2002; Murdoch, 2000).

B. Implementação do programa de melhoria da qualidade e o seu monitoramento

A melhoria contínua da qualidade territorial é um princípio estruturante do conceito da paisagem agrícola e alimentar, que visa consolidar a confiança entre produtores, operadores turísticos, consumidores. O compromisso formal com o plano de melhoria da qualidade confere aos operadores do sistema alimentar e turístico o direito de uso do **Símbolo do SPG_PAGE**, símbolo de autenticidade, sustentabilidade e inclusão.

A garantia da conformidade com os compromissos estabelecidos será realizada por meio dum **Sistema Participativo de Garantia (SPG)**, mecanismo alternativo de certificação baseado na confiança, na transparência e na participação ativa dos atores locais (IFOAM, 2008). Nesse modelo, a rede dos atores locais assume a responsabilidade pelo monitoramento colaborativo, valorizando o conhecimento local e os vínculos territoriais.

O monitoramento da qualidade será enriquecido por meio da análise dos comentários de turistas e consumidores. Esse sistema de retroalimentação permite ajustes contínuos e reforça a lógica da co-produção da qualidade, em que os usuários também participam da avaliação e melhoria dos serviços (Callon et al., 2002).

Adicionalmente, os parceiros locais institucionais desempenharão um papel ativo na animação territorial, realizando visitas periódicas — anuais — para facilitar o processo participativo, apoiar os operadores e garantir a vitalidade da rede local. O manual do processo de melhoria participativa, contendo diretrizes, critérios e ferramentas de autoavaliação aplicáveis a todas as paisagens agrícolas e alimentares aderentes, será do próprio SPG.

C. Plano de comunicação - Promoção da paisagem agrícola e alimentar

A valorização económica e simbólica da paisagem agrícola e alimentar exige uma estratégia integrada de promoção e comunicação, articulada a partir de plataforma digital, por meio da qual serão comercializados produtos, serviços e experiências relacionados à paisagem e ao roteiro alimentar modelo.

Essa plataforma funcionará como vitrina da identidade territorial local, combinando funções informativas, educativas e comerciais, com base em estratégias de marketing territorial e *storytelling* cultural (Tellström et al., 2006; Kavartzis & Hatch, 2013).

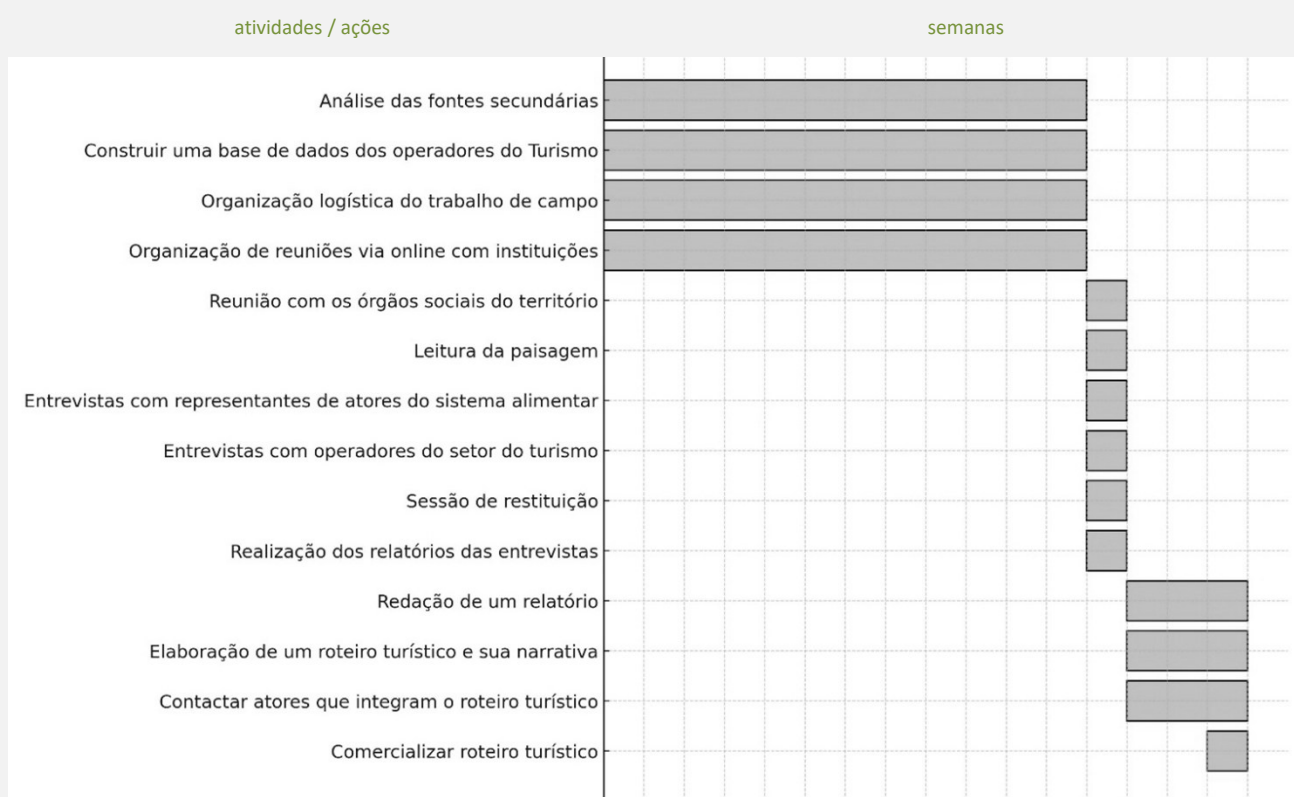
Para assegurar sua eficácia, será necessária uma produção contínua de conteúdos multimídia, incluindo vídeos, narrativas visuais, depoimentos de produtores e atualizações regulares nas redes sociais e inserções estratégicas na imprensa especializada e nos meios de comunicação.

Além da presença digital, a promoção da paisagem agrícola e alimentar será reforçada por ações presenciais em eventos turísticos, feiras gastronômicas e encontros institucionais, que possibilitam a construção de redes de comercialização, intercâmbio e visibilidade internacional (Sims, 2009).

A convergência entre promoção, comercialização e valorização cultural é essencial para assegurar que os produtos e serviços da paisagem não sejam apenas instrumentos de mercado, mas também vetores de reconhecimento, pertencimento e desenvolvimento sustentável (Bessièrre, 1998).

2.17

Cronograma de atividades (4 meses)



Paisagem agrícola e alimentar do Barroso

A presente seção trata de:

1. Fichas técnicas do itinerário interpretativo dos três territórios piloto;
2. Roteiros emblemáticos
3. Leituras das paisagens

Estudo de caso



© João amilcar

Destaques:

Paisagem: Os limites irregulares das terras baixas e “lameiros” opõem-se aos terrenos perfeitamente retangulares das hortas. As aldeias em planícies ou planaltos organizam-se em círculos concêntricos com muros de pedra solta, outras situam-se a meia encosta e organizam-se em “degraus”, a partir das linhas de água e sistemas de rega tradicional conformando paisagens únicas no Norte de Portugal.

Sistema alimentar: dominadas por unidades familiares de produção de legumes e hortaliças, com sistemas naturais de irrigação; criação das raças “bísaro” (porco) e “barrosã” (vaca); produção de salsicharia artesanal, pão de centeio e manteiga. Gastronomia: posta de carne barrosã, cabrito e caprino de refugio, cozido e enchidos, com batata, couves ou castanha; pão de mistura (trigo e centeio) e broa de milho; manteiga de Salto; caldo de laranja e filhoses com mel.

Imersão cultural e patrimonial: participação em atividades culturais como o Dia das Bruxas, visitas a monumentos e a aldeias históricas de granito, fornos comunitários de pão, conversas á volta da lareira, povoamentos pré-históricos e monumentos megalíticos.

Roteiro emblemático do Barroso

#01

Reserva
Biosfera
Transfronteiriça
Gerês – Xurés (
RBTGX)

Fumeiro
Cozido

Comunitarismo



Circuito interno:
3h 15m e 144 km

Norte de Portugal
Barroso

Paisagem

Sistema agrícola:

(...) sistemas de irrigação naturais, pastagens e paisagens dominadas por unidades familiares de produção de legumes e hortaliças, carne de porco da raça “bísaro” e vaca da raça “barrosã”.

(...) Os limites irregulares dos lameiros opõem-se aos terrenos perfeitamente retangulares das hortas indicando que tal distinção persiste há muito tempo. As aldeias localizadas em planícies ou planaltos organizam-se em círculos concêntricos com muros de pedra solta, outras situadas em meia encosta organizam-se em “degraus”, a partir das linhas de água (...)

Alimento



SEMENTES TRADICIONAIS



CARNE DE PORCO E SALSICHARIA



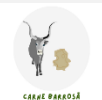
PÃO DE CENTEIO E DE MILHO AMARELO



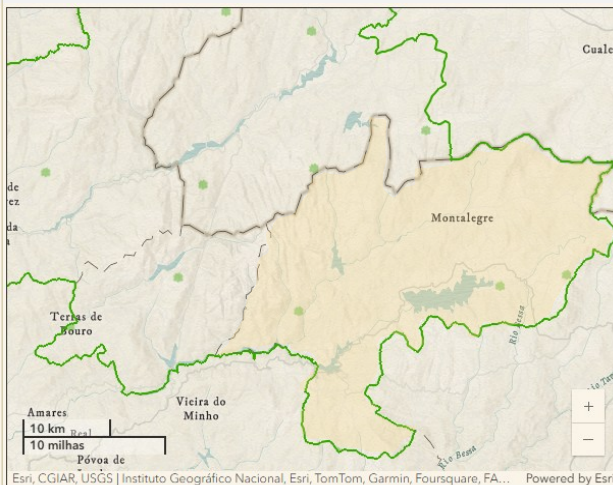
SISTEMAS ALIMENTARES



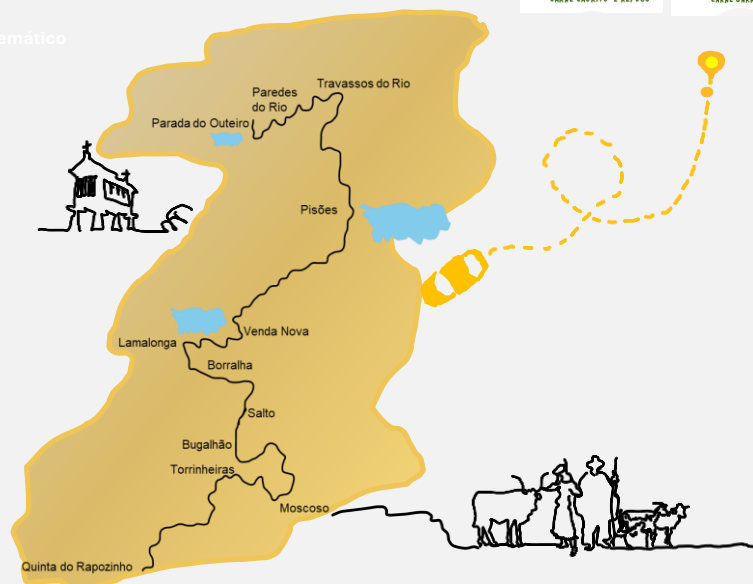
CARNE CABRITO E BÉFUO



CARNE BARROSÃ



Roteiro emblemático



O Barroso é uma joia natural, um adorno geográfico deslumbrante, localizada entre o Parque Nacional Peneda do Gerês e a Reserva Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, onde a beleza das serras e vales se entrelaça com uma rica biodiversidade.

Paisagem agrícola e alimentar do Serra da Estrela

A presente seção trata de:

1. Fichas técnicas do itinerário interpretativo dos três territórios piloto;
2. Roteiros emblemáticos
3. Leituras das paisagens

Estudo de caso



© João amilcar

Paisagem: A montanha mais alta de Portugal, vales encaixados e encostas montanhosas, planaltos, estruturas fundiárias, rios, cascatas e biodiversidade que definem uma paisagem única e simbólica da essência de Portugal.

Sistema alimentar: A harmonia entre agricultura e tradição define esta economia pastoril que molda a paisagem, onde vales profundos e vastos campos abrigam pequenas explorações familiares, conhecidas como casais, que cultivam cereais tradicionais, leguminosas e verduras, enquanto ovelhas e cabras fornecem carne de borrego e caprino. Em pequenas unidades artesanais, o saber ancestral molda queijos e pães, garantindo que o patrimônio cultural e o cuidado com a terra continuem a sustentar a produção de alimentos e a preservar a identidade rural.

Gastronomia: borrego assado no forno; carne de cabrito e migas com feijoca; pão de mistura, com trigo e centeio, e marmelada com Queijo da Serra.

Imersão cultural e patrimonial: visitas a monumentos e aldeias históricas, onde a arquitetura de granito e as tradições seculares são preservadas, viver o quotidiano dos pastores e agricultores locais, acompanhando o ciclo de trabalho do pastoreio de ovinos.

Roteiro emblemático da Serra da Estrela

#02

Parque Natural da Serra da Estrela



Circuito interno:
2 h 15m e 80 km

Centro de Portugal – Serra da Estrela

(...) Entre vales e planaltos férteis e ventos que murmuram promessas, ergue-se um território onde a natureza se oferece em abundância e contraste — solo generoso, águas vivas, climas que se sucedem como estações da alma. Terra de transição, modo de vida pastoril e encontro do Homem e a natureza, marcada por um património que pulsa entre o científico e o sagrado, guarda em si o potencial e o desafio de harmonizar proteção e uso, tradição e futuro, num equilíbrio tão frágil quanto necessário.

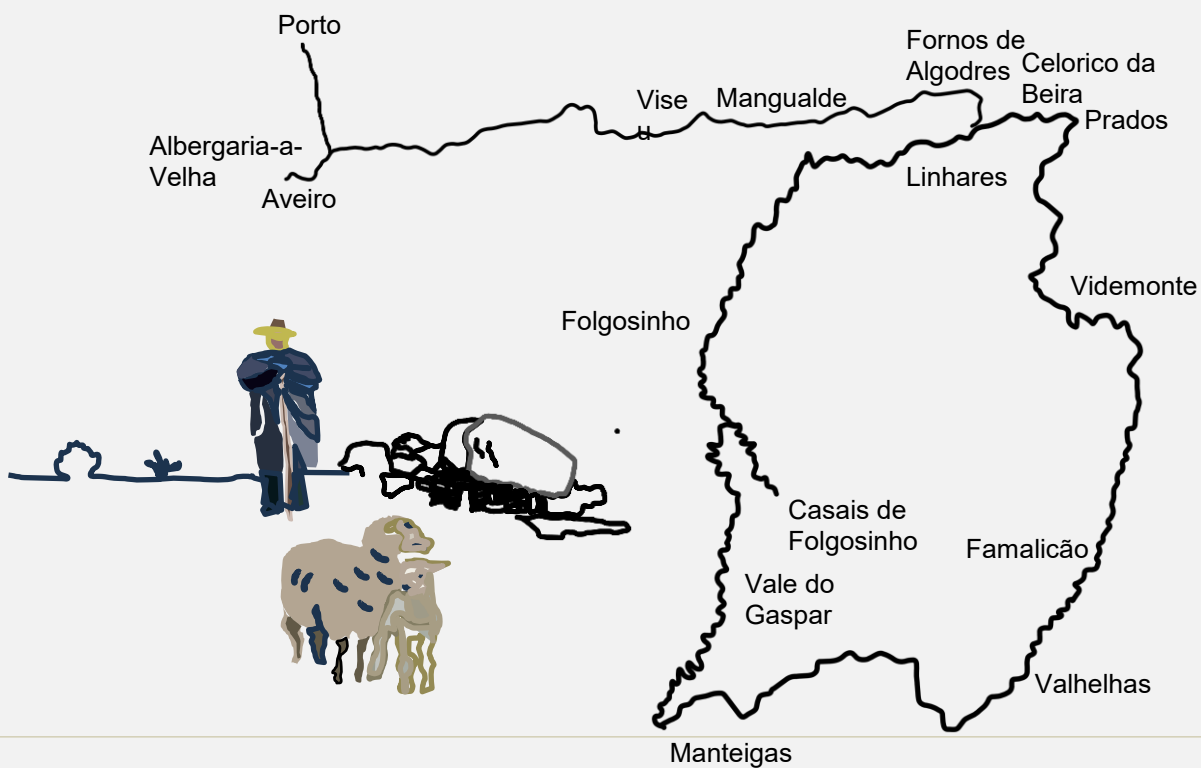
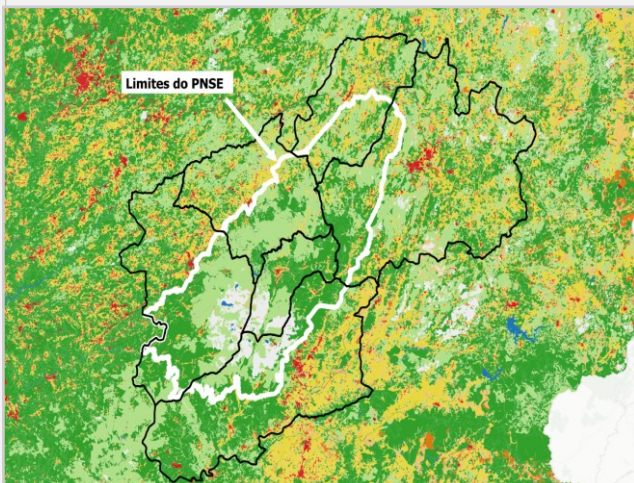
Sistema agrícola

(...) Os ovinos e caprinos ocupam o centro do sistema agrícola tradicional da Serra da Estrela. São estes animais que permitem o aproveitamento de terras menos férteis, devido à altitude mais elevada, e até de partes da floresta, isto é, os baldios, como já havia assinalado Orlando Ribeiro (1941).

Alimento

O queijo e o cabrito são apenas dois produtos do sistema agrícola tradicional da Serra da Estrela. Este também produz a castanha, a batata, a couve, os enchidos, a carne de porco etc. e, particularmente, o pão de centeio

2 dias e 1 noite



Paisagem agrícola e alimentar da Serra de Serpa

A presente seção trata de:

1. Fichas técnicas do itinerário interpretativo dos três territórios piloto;
2. Roteiros emblemáticos
3. Leituras das paisagens .

Estudo de caso



© João amilcar

Destaques:

Paisagem: a planície do sul de Portugal e a serra, um ecossistema mediterrânico com múltiplas funções

Sistema alimentar: Áreas apícolas - “malhadas” - que existem desde o século XIII, explorações de criação extensiva do porco alentejano, visitas a unidades artesanais de salsicharia, queijaria e panificação.

Gastronomia: migas de pão alentejano e ensopado de borrego, com temperos locais: coentro, poejo e orégãos.

Imersão cultural e patrimonial: visitas a aldeias históricas, tabernas com “cante”, locais emblemáticos das rotas de contrabando com Espanha e observação da fauna local. .

Rota emblemática da Serra de Serpa

#03

Parque Natural do Vale do Guadiana

Sul de Portugal
Baixo Alentejo



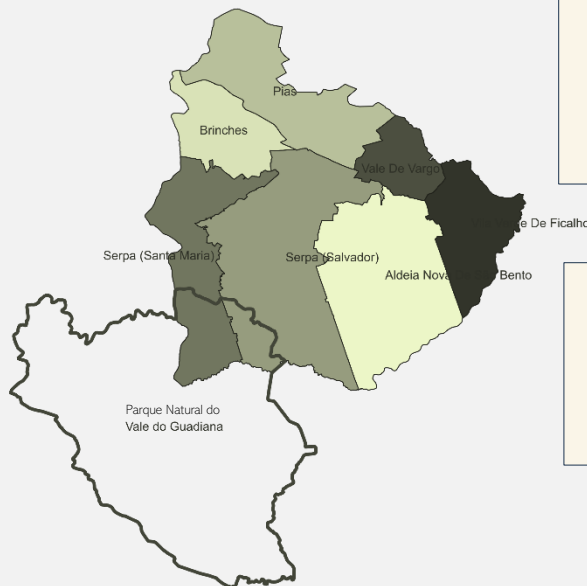
Circuito interno:
**1 hora
55 km**

Roteiro

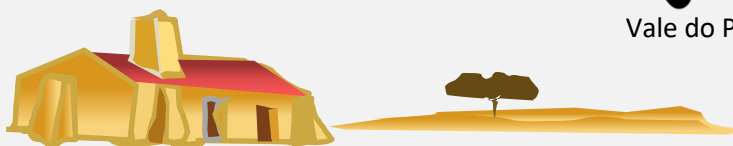
Cidade de Serpa; almoço no Restaurante Engrola; Passeio praça da republica ,Loja do artesanato e mel; Serra de Serpa- Pulo do Lobo; Vale do Poço (queijaria , Serpa Carnes; Vales Mortos Padaria ; Monte das Lebres (paladares Alentejanos) . Regresso Pias , Jantar em Pias Taberna dos Camponeses ou Pias guesthouse

Paisagem

Junto ao Parque Natural do Vale do Guadiana, a Serra de Serpa, no Alentejo, tem uma história natural, paisagística e cultural única. Região com características mediterrânicas, cercada por grandes propriedades agrícolas, antes dedicadas à produção de cereais e hoje, maioritariamente, de azeitonas. Território de importantes lutas de trabalhadores agrícolas pelo acesso à terra em Portugal. Desse período, subsiste uma importante gastronomia popular, o consumo do pão, a criação extensiva de ovelhas e suínos, a apicultura e ervas aromáticas num sistema agroflorestal único na península ibérica designado por "montado".



Pão, Ervas aromáticas, Carne de Borrego e Porco alentejano e queijo. "Mangotes"(enchidos de porco) , de VNSB



Glossário

Sistema Alimentar: O conceito de sistema alimentar é amplamente debatido e politicamente carregado, tendo sido apropriado e moldado por distintos atores com interesses diversos — entre eles, corporações como a Nestlé e movimentos sociais como a Via Campesina, ambos contribuindo com recomendações à Organização das Nações Unidas sobre os rumos da agricultura e da alimentação global. Ainda não há uma definição única e consensual do que constitui um sistema alimentar, o que tem levado a inúmeras tentativas de criação de metodologias de investigação a partir de diferentes perspectivas teóricas e políticas. De forma geral, entende-se por sistema alimentar o conjunto de processos interligados que envolvem todas as etapas do percurso do alimento: desde a produção, passando pelo processamento, distribuição, comercialização e preparação, até o consumo. Essa abordagem amplia o olhar para além da agricultura, incorporando dimensões sociais, econômicas, culturais e ecológicas que moldam a maneira como os alimentos são produzidos e consumidos em distintas realidades.

Fumeiro: Conjunto de práticas ligadas à produção de carnes, principalmente suínas, defumadas, tais como chouriço, morcelas e afins

Paisagem agrícolas e alimentar: Conecta territórios, sistema agrário, cultura, saber tradicional, saúde, gastronomia e ambiente. São expressões sensoriais e materiais dos sistemas alimentares enraizados em espaços geográficos específicos, revelando a interação profunda entre práticas humanas e ecossistemas locais. Particularmente nos sistemas alimentares locais, essas paisagens refletem saberes acumulados por gerações de produtores que, em simbiose com o meio natural, promovem a preservação ambiental. Ao mesmo tempo, sustentam o tecido social rural, valorizam a cultura local e mantêm vivo o patrimônio alimentar, tornando-se elementos fundamentais para a resiliência territorial e a identidade das comunidades

Segurança alimentar: Diferente de *FoodSafety* é um conceito capitalista que ignora quem produz os alimentos e quem produz os recursos para comprar os alimentos no mercado global. ,

Soberania alimentar: Modelo baseado no princípio de que um país tem o dever de produzir os alimentos suficientes para a sua alimentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis

- Altieri, M. A. (2002). *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture*. CRC Press.
- Altieri, M. A., Funes-Monzote, F. R., & Petersen, P. (2015). Agroecologically sustainable farming systems for food security. *Agriculture and Human Values*, 32(3), 427–440.
- Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2020). Agroecology: Emerging practices for food systems transformation. *Agroecology and Sustainable Food Systems*.
- Caron, P., Ferré, M., & Soulard, C.-T. (2018). *Agroecological transitions: From theory to practice in local participatory design*. Springer.
- FAO. (2018). *The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems*. Roma: FAO.
- Gliessman, S. R. (2014/2015). *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems*. CRC Press

2. Redes alimentares alternativas e mercados locais

- Fonte, M. (2008). Knowledge, food and place: A way of producing, a way of knowing. *Sociologia Ruralis*, 48(3), 200–222.
- Fonte, M., & Cucco, I. (2017). Cooperatives and alternative food networks in Italy. *Journal of Rural Studies*, 53, 278–290.
- Renting, H., Marsden, T. K., & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks. *Environment and Planning A*, 35(3), 393–411.
- van der Ploeg, J. D., & Renting, H. (2004). Behind the ‘redux’: A rejoinder to David Goodman. *Sociologia Ruralis*, 44(2), 233–242.
- Barbera, F., & Dagnes, J. (2016). Building alternatives from the bottom-up. *Agriculture and Human Values*, 33(3), 503–514.
- HEBINCK, P.; PLOEG, J. e SCHNEIDER, S. (2016). *Rural development and the construction of new markets*. Routledge.
- PLOEG, J.; JINGZHONG, Y. e SCHNEIDER, S. (2012). *Journal of Peasant Studies*, 39(1), 133–173.

3. Desenvolvimento territorial e rural

- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil.
- Lemos, M. C., & Serra, H. (2021). Governança participativa e políticas territoriais. *Revista Territórios*, 27(2).
- Marsden, T., & Murdoch, J. (2006). Between the local and the global. Elsevier.
- Marsden, T., & Sonnino, R. (2008). Rural development and the regional state. *Journal of Rural Studies*, 24(4), 422–431.
- Murdoch, J. (2000). Networks—a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies*, 16(4), 407–419.
- Ray, C. (2006). Neo-endogenous rural development in the EU. In *Handbook of Rural Studies*. Sage.
- Magnaghi, A. (2010). O projeto local: uma nova visão do planejamento urbano. Vozes.

4. Patrimônio alimentar e produtos locais

- Bérard, L., & Marchenay, P. (2004). *Les produits de terroir: entre cultures et règlements*. CNRS Éditions.
- Bessièrre, J. (1998). Local development and heritage. *Sociologia Ruralis*.
- Belletti, G., Marescotti, A., & Touzard, J. M. (2015). Geographical Indications, public goods, and sustainable development. *World Development*, 98, 45–57.
- Brunori, G., Malandrin, V., & Rossi, A. (2016). Food heritage and sustainable food systems. *International Journal of Heritage Studies*.
- Fontefrancesco, M. F., et al. (2022). *Food Heritage and Traditional Food*. Sustainability.

5. Turismo gastronômico e identidade regional

- Everett, S., & Aitchison, C. (2008). Food tourism and regional identity. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(2), 150–167.
- Hall, C.M., & Mitchell, R. (2005). Gastronomic tourism. In *Tourism and Gastronomy*.
- Salazar, N. B. (2012). Community-based cultural tourism. *Journal of Sustainable Tourism*.
- Scheyvens, R. (2002). *Tourism for Development*. Prentice Hall.
- Sims, R. (2009). Food, place and authenticity. *Journal of Sustainable Tourism*.
- Sidali, K., Spiller, A., & Schulze, B. (eds). (2011). *Food, agri-culture and tourism*. Springer.

6. Geografia humana, espaço e paisagem

- Santos, M. (1997). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. Hucitec.
- Berque, A. (1994). *Les raisons du paysage*. Hazan.
- Cosgrove, D. (1985). *Social Formation and Symbolic Landscape*. University of Wisconsin Press.
- Raffestin, C. (1980). *Pour une géographie du pouvoir*. Litec.
- Cloke, P., Crang, P., & Goodwin, M. (2006). *Introducing Human Geographies*. Routledge.
- Antrop, M. (2005). Why landscapes of the past are important. *Landscape and Urban Planning*.

7. Sistemas alimentares e segurança alimentar

- Ericksen, P. J. (2008). Conceptualizing food systems. *Global Environmental Change*.
- Sowerwine, J., et al. (2017). Native American food security. *Food Security*, 9, 1–19.
- Patel, R. (2009). Food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, 36(3).
- Swinburn, B., et al. (2019). The global syndemic. *The Lancet*, 393, 791–846.
- 8. Conhecimento local, cultura e metodologias
- Berkes, F., Colding, J., & Folke, C. (2000). Traditional ecological knowledge. *Ecological Applications*, 10(5), 1251–1262.
- Bourdieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research*. SAGE.
- Johnston, J., & Bauman, S. (2015). *Foodies: Democracy and distinction in the gourmet foodscapes*. Routledge.
- Urry, J. (1999). *Consuming Places*. Routledge.



Ficha Técnica

Edição Digital

Autor

João Amílcar Torres Correia

Bolseiro do IPV-ESAV

Título

Manual Diagnóstico Territorial Rural (sistemas alimentares sustentáveis)

Data de Edição

junho 2025

